

Estado de Santa Catarina

Prefeitura de Anchieta



CADERNO DE PROVA TIPO 3

Edital de Concurso Público nº 001/2026

AUXILIAR ADMINISTRATIVO



ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes no verso desta capa.

ATENÇÃO! LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR.



- ▶ *Verifique o tipo de prova indicado na capa deste caderno de prova e preencha corretamente o campo correspondente no cartão-resposta.*
- ▶ *O cartão-resposta é o único documento válido para a correção da prova objetiva e não será substituído em hipótese alguma.*
- ▶ *O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após decorridos 30 (trinta) minutos do início da aplicação da prova.*
- ▶ *A interpretação das questões faz parte da avaliação, não sendo permitidos esclarecimentos ou consultas aos fiscais sobre o conteúdo da prova.*

CONFERÊNCIA DO CADERNO DE PROVA

- ▶ Confira se este caderno de prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se contém **35 (trinta e cinco) questões**, numeradas de **1 a 35**.
- ▶ Verifique se há falhas de impressão, páginas faltantes, questões ilegíveis ou qualquer outra imperfeição gráfica que possa comprometer a compreensão da prova. Eventuais irregularidades deverão ser comunicadas imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações após o término da prova.
- ▶ Os cadernos de prova possuem 4 (quatro) tipos diferentes. O conteúdo das questões é idêntico para todos os candidatos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e das alternativas.

PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

- ▶ Cada questão da prova objetiva apresenta 4 (quatro) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, sendo apenas uma delas a resposta correta.
- ▶ Todas as respostas deverão ser transcritas para o cartão-resposta, que constitui o único documento válido para a correção da prova objetiva.
- ▶ Preencha o tipo de prova e assinale a alternativa que considerar correta conforme o exemplo apresentado a seguir:

✓ **Forma CORRETA:** ● ✗ **Forma ERRADA:** ○ ● ✓ ○ / X A

MATERIAIS PERMITIDOS

- ▶ Mantenha sobre a carteira apenas:
 - documento oficial de identificação;
 - caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;
 - recipiente transparente contendo água, sem rótulo ou etiqueta.

TEMPO DE PROVA

- ▶ A prova objetiva terá duração máxima de **3h (três horas)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
- ▶ O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato.
- ▶ Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão retirar-se simultaneamente, após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- ▶ Comunicar-se com outros candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- ▶ Realizar consultas de qualquer natureza, inclusive por meio de materiais impressos, equipamentos eletrônicos ou quaisquer outros recursos.
- ▶ Ausentar-se da sala sem o acompanhamento de um fiscal.
- ▶ Utilizar o banheiro após a entrega do cartão-resposta.
- ▶ Permanecer no local de realização das provas após a entrega do cartão-resposta e o encerramento de sua participação no certame.

ENCERRAMENTO

- ▶ Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o **cartão-resposta** devidamente **preenchido** e **assinado**.
- ▶ Após a entrega do cartão-resposta, retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

BOA PROVA!

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Um auxiliar administrativo recebeu a tarefa de consolidar dados de frequência mensal de servidores em uma planilha eletrônica, calcular automaticamente o total de faltas por setor e gerar um gráfico comparativo para ser inserido em uma apresentação institucional destinada à chefia. Ao iniciar o trabalho, o servidor percebeu que parte dos dados havia sido digitada com formatação inconsistente, com números armazenados como texto, impedindo a execução das fórmulas de soma e média.

Julgue a asserção e a razão a seguir:

ASSERÇÃO: A impossibilidade de execução de fórmulas de cálculo em células de planilha eletrônica pode decorrer do armazenamento de valores numéricos no formato de texto, situação que exige a conversão do tipo de dado antes da aplicação das funções matemáticas.

PORTANTO

RAZÃO: Planilhas eletrônicas diferenciam tipos de dados, texto, número, data e lógico, e as funções matemáticas e estatísticas operam exclusivamente sobre células que contenham valores reconhecidos como numéricos pelo sistema, sendo ignoradas ou retornando erro quando aplicadas sobre valores formatados como texto.

Assinale a alternativa correta:

- (A) A asserção é verdadeira, e a razão é verdadeira, e a razão justifica corretamente a asserção, pois a distinção entre tipos de dados nas planilhas eletrônicas é o fundamento técnico que explica por que valores armazenados como texto impedem a execução correta das fórmulas matemáticas.
- (B) A asserção é falsa, e a razão é verdadeira, pois as funções de soma e média em planilhas eletrônicas operam sobre qualquer tipo de dado inserido na célula, independentemente do formato aplicado, retornando sempre o resultado correto desde que o conteúdo seja composto por algarismos.
- (C) A asserção é verdadeira, e a razão é falsa, pois planilhas eletrônicas convertem automaticamente valores em formato de texto para o formato numérico quando identificam que o conteúdo é composto exclusivamente por algarismos, não sendo necessária intervenção manual do usuário.
- (D) A asserção é verdadeira, e a razão é verdadeira, mas a razão não justifica a asserção, pois a impossibilidade de execução das fórmulas decorre exclusivamente de erro de sintaxe na digitação das funções, e não do tipo de dado armazenado nas células referenciadas.

Questão 02

No âmbito da Administração Pública, o atendimento ao público e a comunicação administrativa constituem instrumentos essenciais para a efetividade da gestão e para a concretização dos princípios constitucionais. A

respeito do atendimento ao público interno e externo e da comunicação verbal e escrita nas rotinas administrativas, analise as assertivas a seguir e assinale V para as verdadeiras e F para as falsas:

() O atendimento ao público interno deve ser compreendido como parte integrante da gestão de pessoas, pois influencia diretamente a motivação, a produtividade e a qualidade dos serviços prestados ao público externo.

() A comunicação administrativa escrita, em razão de sua formalidade e caráter documental, deve observar padrões de clareza, objetividade e impessoalidade. O uso de linguagem coloquial ou subjetiva é, em regra, inadequado, especialmente em documentos oficiais, embora possa ser relativizado em comunicações internas de caráter mais informal.

() No atendimento ao público externo, a postura empática e a escuta ativa são elementos que transcendem a mera transmissão de informações, constituindo práticas que reforçam a legitimidade e a credibilidade institucional.

() A comunicação verbal, por ser imediata e dinâmica, dispensa a observância dos princípios da legalidade e da publicidade, que se aplicam apenas aos atos administrativos formalizados por escrito.

() A integração entre comunicação verbal e escrita nas rotinas administrativas é indispensável para assegurar a coerência das informações transmitidas e a efetividade das decisões organizacionais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V, V.
- (B) V, V, V, F, V.
- (C) V, V, F, F, V.
- (D) V, F, V, V, F.

Questão 03

Em uma unidade administrativa de uma secretaria municipal, o auxiliar administrativo responsável pelo controle de materiais identificou que os servidores do setor de limpeza e conservação do prédio realizavam suas atividades sem utilizar equipamentos de proteção individual, alegando que os EPIs disponíveis eram desconfortáveis e dificultavam a execução das tarefas. O encarregado do setor, por sua vez, havia optado por não exigir o uso dos equipamentos para evitar conflitos com a equipe. Ao tomar conhecimento da situação, o auxiliar administrativo consultou a legislação aplicável para orientar o encaminhamento correto do problema.

Considerando as normas de saúde e segurança no trabalho aplicáveis ao serviço público, assinale a alternativa que descreve o encaminhamento correto:

- (A) O desconforto relatado pelos servidores justifica a dispensa temporária do uso dos EPIs, desde que a chefia imediata formalize a autorização por escrito e registre a ocorrência nos controles internos do setor, transferindo a responsabilidade ao próprio servidor pelo uso voluntário do equipamento.
- (B) A responsabilidade pelo fornecimento e pela fiscalização do uso de EPIs recai exclusivamente sobre o setor de recursos humanos do órgão, não cabendo ao encarregado imediato qualquer obrigação de controle ou exigência quanto ao uso dos equipamentos por sua equipe.
- (C) A administração pública está obrigada a fornecer EPIs adequados às atividades exercidas, cabendo ao servidor o dever de utilizá-los, sendo a recusa injustificada passível de responsabilização disciplinar, e ao encarregado o dever de fiscalizar e exigir o uso, não sendo admissível a omissão para evitar conflitos.
- (D) A obrigatoriedade do uso de EPI aplica-se exclusivamente a atividades de risco grave e iminente, não sendo exigível para atividades de limpeza e conservação predial realizadas em ambiente administrativo interno, por não configurarem exposição a agentes de risco classificados como insalubres pela legislação.

Questão 04

O setor de almoxarifado de uma autarquia estadual passou por auditoria interna que identificou as seguintes práticas: requisições de materiais sendo atendidas sem registro formal no sistema de controle de estoque; saída de bens patrimoniais sem emissão de termo de responsabilidade; realização de inventário anual apenas nos itens de maior valor, com exclusão dos materiais de consumo de baixo custo unitário; e reposição de estoque baseada exclusivamente na percepção do almoxarife, sem parâmetros técnicos de ponto de ressurgimento ou estoque mínimo.

Julgue as afirmativas a seguir:

I.O atendimento de requisições de materiais sem registro formal no sistema de controle compromete a rastreabilidade do estoque, impossibilita a apuração de responsabilidades e fragiliza o controle patrimonial do órgão.

II.A emissão de termo de responsabilidade na movimentação de bens patrimoniais é procedimento dispensável para bens de pequeno valor, sendo exigível apenas para equipamentos e bens móveis de valor superior.

III.A realização de inventário restrito aos itens de maior valor unitário é procedimento tecnicamente adequado, pois o controle seletivo baseado na curva ABC dispensa a contagem física dos materiais de consumo de baixo custo, que podem ser controlados exclusivamente por registros sistêmicos.

IV.A definição de parâmetros técnicos de ponto de ressurgimento e estoque mínimo é prática essencial para

o controle eficiente do almoxarifado, pois permite antecipar necessidades de reposição, evitar rupturas de abastecimento e reduzir custos decorrentes de excesso ou insuficiência de estoque.

Está correto o que se afirma em:

- (A) Apenas I e IV estão corretas.
- (B) Apenas II, III e IV estão corretas.
- (C) I, II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas I, II e IV estão corretas.

Questão 05

No contexto da reorganização administrativa promovida por determinado ente federativo, foi instituída uma entidade com personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e autonomia administrativa, destinada à execução de atividades típicas de Estado, submetida ao controle finalístico do ente instituidor e criada por meio de autorização legal específica, seguida de registro de seus atos constitutivos. Paralelamente, discutiu-se, no âmbito jurídico-administrativo, a observância dos princípios constitucionais que orientam a atuação da Administração Pública, especialmente quanto à legalidade, à finalidade pública e ao regime jurídico aplicável às entidades integrantes da estrutura estatal.

Considerando as disposições constitucionais e os aspectos relacionados à Administração Pública direta e indireta, assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto a seguir:

A entidade descrita integra a Administração Pública _____, possuindo natureza jurídica de _____, razão pela qual sua criação depende de autorização legal e posterior registro de seus atos constitutivos, devendo observar, em sua atuação, os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.

- (A) direta — empresa pública dependente
- (B) indireta — autarquia territorial
- (C) direta — órgão autônomo
- (D) indireta — fundação pública de direito privado

Questão 06

Um cidadão comparece à recepção de uma autarquia municipal e solicita ao auxiliar administrativo de plantão acesso a relatórios de execução orçamentária dos últimos dois anos, alegando interesse em acompanhar a aplicação de recursos públicos na área de saneamento. O auxiliar, sem consultar qualquer normativo, informa ao cidadão que a documentação solicitada é de uso interno e que somente poderia ser disponibilizada mediante apresentação de justificativa formal e comprovação de interesse direto no assunto. Dias depois, o mesmo auxiliar, ao receber solicitação semelhante de um vereador do município, disponibiliza os relatórios imediatamente, sem qualquer registro ou protocolo do pedido.

Considerando as diretrizes da Lei nº 12.527/2011 (Lei de

Acesso à Informação), especialmente o princípio da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, assinale a alternativa que descreve a postura correta do auxiliar administrativo diante da situação apresentada:

- (A) A conduta do auxiliar foi correta na primeira situação, pois informações orçamentárias de autarquias municipais possuem natureza administrativa interna e somente podem ser disponibilizadas a requerentes que demonstrem interesse jurídico direto, sendo exigível a apresentação de justificativa formal como condição de acesso.
- (B) A conduta do auxiliar foi irregular em ambas as situações: na primeira, por negar acesso a informação de divulgação obrigatória sem amparo em hipótese legal de sigilo; e, na segunda, por disponibilizar a documentação sem registro formal do pedido, em desconformidade com os procedimentos de transparência passiva previstos na Lei.
- (C) A conduta do auxiliar foi correta na segunda situação, pois agentes políticos detêm prerrogativa legal de acesso imediato a documentos administrativos, dispensando protocolo formal, sendo irregular apenas a negativa ao cidadão, que deveria ter recebido os relatórios mediante simples identificação pessoal.
- (D) A conduta do auxiliar foi parcialmente correta, pois a exigência de justificativa ao cidadão comum é admitida pela Lei de Acesso à Informação como medida de controle do fluxo de demandas nos órgãos públicos, sendo irregular apenas o atendimento sem protocolo ao vereador, em razão do tratamento diferenciado conferido a agente político.

Questão 07

Um município pretende realizar três contratações distintas no mesmo exercício financeiro. A primeira envolve a aquisição de medicamentos padronizados para a rede municipal de saúde, com especificações técnicas objetivamente definidas e ampla oferta no mercado. A segunda refere-se à contratação de empresa para execução de obra de construção de uma unidade de pronto-atendimento, de grande vulto e elevada complexidade técnica. A terceira consiste na seleção de projeto arquitetônico para reforma do teatro municipal, em que se busca a melhor solução criativa, com premiação ao vencedor, sem que haja contratação direta do serviço de execução.

Considerando as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) As três contratações descritas podem ser realizadas pela modalidade pregão, desde que a administração municipal justifique a escolha com base no princípio da eficiência e na necessidade de redução de custos operacionais do certame licitatório.

- (B) A seleção do projeto arquitetônico para o teatro municipal deve ser realizada por meio de concurso, modalidade destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, com instituição de prêmio ou remuneração ao vencedor, conforme previsto na legislação.
- (C) A execução da obra de construção da unidade de pronto-atendimento deve ser conduzida obrigatoriamente pela modalidade leilão, por se tratar de contratação de grande vulto que exige ampla competitividade entre os licitantes.
- (D) A aquisição de medicamentos padronizados deve ser conduzida pela modalidade concorrência, por envolver área sensível da administração pública municipal relacionada à saúde coletiva, sendo o pregão inadequado para contratações dessa natureza, independentemente da possibilidade de definição objetiva das especificações técnicas.

Questão 08

A Controladoria Interna de um município identificou, durante fiscalização ordinária, que determinado setor administrativo mantinha documentos públicos armazenados em ambiente físico inadequado, sem controle de acesso, sem tabela de temporalidade aprovada e sem registro de movimentação dos expedientes. Paralelamente, verificou-se que solicitações de acesso a informações feitas por cidadãos eram respondidas diretamente pelos servidores do setor, sem protocolo formal e sem ciência da autoridade competente, comprometendo o rastreamento das respostas fornecidas.

Nesse contexto, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. As irregularidades identificadas comprometem simultaneamente a gestão documental, o controle interno e o direito de acesso à informação, configurando falhas sistêmicas que demandam correção estrutural e não apenas ajustes pontuais nos procedimentos do setor.

PORTANTO,

II. A gestão documental adequada, o controle interno efetivo e o cumprimento das normas de acesso à informação são funções administrativas interdependentes, cuja fragilidade em qualquer um dos elementos compromete a integridade, a rastreabilidade e a transparência das informações produzidas e custodiadas pela administração pública municipal.

Assinale a alternativa correta:

- (A) A asserção I é falsa, e a asserção II é verdadeira, pois as irregularidades descritas são de natureza exclusivamente documental, não configurando falhas de controle interno nem comprometendo o direito de acesso à informação dos cidadãos.

- (B) A asserção I é verdadeira, e a asserção II é falsa, pois a gestão documental, o controle interno e o acesso à informação são funções administrativas autônomas e independentes, cujas falhas produzem efeitos restritos ao âmbito de cada função, sem impacto recíproco entre elas.
- (C) As asserções I e II são verdadeiras e a II justifica corretamente a asserção I, pois a interdependência entre gestão documental, controle interno e acesso à informação explica por que as falhas identificadas produzem efeitos sistêmicos que exigem correção estrutural.
- (D) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I, pois o fundamento das irregularidades reside exclusivamente na ausência de tabela de temporalidade aprovada, sendo os demais elementos descritos consequências diretas dessa omissão específica.

Questão 09

A ouvidoria de um município recebeu, em um mesmo mês, as seguintes manifestações de cidadãos: reclamação sobre interrupção prolongada no fornecimento de água em bairro periférico, sem comunicação prévia à população; denúncia de servidor público que exigia documentação não prevista em lei como condição para emissão de alvará de funcionamento; solicitação de informação sobre o prazo para análise de requerimento de licença urbanística protocolado há quarenta dias; e sugestão de implantação de horário estendido de atendimento nas unidades de saúde municipais.

Julgue as afirmativas a seguir como (V) Verdadeiro ou (F) Falso:

() A exigência de documentação não prevista em lei como condição para emissão de alvará de funcionamento configura abuso de poder e viola o princípio da legalidade, podendo ensejar responsabilização disciplinar do servidor e nulidade do ato administrativo praticado com base nessa exigência irregular.

() A interrupção prolongada no fornecimento de serviço público essencial sem comunicação prévia à população, salvo em situações de emergência comprovada, contraria os princípios da continuidade do serviço público e da transparência, que orientam a prestação de serviços públicos municipais.

() A solicitação de informação sobre prazo de análise de requerimento protocolado há quarenta dias não pode ser respondida pela ouvidoria, pois a análise de processos administrativos em tramitação é competência exclusiva do setor responsável, sendo vedada qualquer interferência da ouvidoria no andamento dos expedientes.

() Sugestões apresentadas por cidadãos à ouvidoria municipal constituem forma legítima de participação popular na gestão pública e devem ser registradas, analisadas e encaminhadas às instâncias competentes,

sendo vedado seu arquivamento sumário sem justificativa fundamentada.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

(A) V, F, V, F.

(B) V, V, V, F.

(C) F, V, V, F.

(D) V, V, F, V.

Questão 10

Durante a execução de um programa governamental, uma servidora pública participou da comissão responsável pela análise de propostas apresentadas por diversas empresas interessadas em firmar contratos com a Administração. Em determinado momento, verificou que uma das empresas participantes era administrada por um familiar próximo. A servidora não interferiu diretamente na avaliação da proposta, mas permaneceu integrando a comissão e teve acesso a informações estratégicas relativas ao processo. Paralelamente, utilizou equipamentos e sistemas do órgão para elaborar documentos relacionados a uma atividade particular desenvolvida fora do horário de expediente.

Considerando os deveres éticos e a responsabilidade inerentes ao exercício da função pública, assinale a alternativa correta.

(A) A conduta da servidora pode caracterizar afronta aos deveres éticos da função pública, uma vez que a situação revela potencial conflito de interesses e utilização de recursos públicos para finalidade diversa do interesse institucional.

(B) A utilização eventual de equipamentos públicos para fins particulares não caracteriza problema ético, desde que não gere prejuízo financeiro significativo à Administração.

(C) A ausência de obtenção de vantagem econômica direta afasta eventual comprometimento ético decorrente da permanência da servidora na comissão e do uso de recursos públicos para interesses particulares.

(D) A permanência da servidora na comissão é admissível, desde que ela não participe da avaliação da proposta apresentada pela empresa administrada por seu familiar.

Questão 11

Um auxiliar administrativo de uma secretaria municipal, reconhecido pela competência técnica, passou a demonstrar comportamentos que geraram conflitos no ambiente de trabalho. Em determinada situação, ao atender um cidadão que solicitava informações sobre o andamento de um processo administrativo de interesse pessoal, o servidor respondeu de forma impaciente, interrompeu a fala do cidadão e afirmou que a resposta dependia exclusivamente de "quem você conhece aqui dentro". Em outra ocasião, ao ser questionado por um

colega sobre o conteúdo de um processo que tramitava sob sigilo, o mesmo servidor compartilhou detalhes do caso em conversa informal no corredor, justificando que "entre colegas não há problema". Por fim, ao ser convocado pela chefia para discutir sua conduta, o servidor argumentou que sua eficiência na execução das tarefas técnicas seria suficiente para compensar eventuais falhas no relacionamento interpessoal e no atendimento.

Considerando os princípios de ética profissional, sigilo funcional, relações interpessoais e qualidade no atendimento ao cidadão, assinale a alternativa correta:

- (A) O compartilhamento de informações sigilosas entre servidores do mesmo setor não configura violação do sigilo funcional, desde que as informações sejam utilizadas exclusivamente para fins de trabalho e não sejam divulgadas a pessoas externas ao órgão.
- (B) O argumento do servidor de que a eficiência técnica compensa falhas no atendimento e nas relações interpessoais é parcialmente válido, pois a administração pública prioriza o resultado das atividades-fim em detrimento de aspectos comportamentais, sendo estes avaliados apenas em contextos de promoção funcional.
- (C) As três condutas descritas revelam incompatibilidade com os deveres funcionais do servidor público, pois a ética profissional, o sigilo funcional e a qualidade no atendimento ao cidadão são exigências indissociáveis do exercício da função administrativa, não podendo ser substituídas por desempenho técnico isolado.
- (D) A conduta do servidor no atendimento ao cidadão, embora inadequada do ponto de vista da cordialidade, não configura irregularidade funcional, uma vez que a legislação administrativa não estabelece padrões objetivos de comportamento para o atendimento ao público por servidores do nível auxiliar.

Questão 12

Durante auditoria em um órgão público, verificou-se que o setor de atendimento ao cidadão apresentava elevado número de atendimentos diários, mas também alto índice de reclamações quanto à demora e à falta de clareza nas informações prestadas. Considerando os princípios constitucionais e a gestão da qualidade no serviço público, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da eficiência autoriza a Administração a priorizar a quantidade de atendimentos em detrimento da qualidade, desde que haja redução de custos.
- (B) A eficiência exige a conjugação de produtividade e qualidade, de modo que a prestação de serviços deve ser rápida, econômica e adequada às necessidades do cidadão.
- (C) A produtividade elevada, por si só, é suficiente para caracterizar eficiência administrativa, ainda que a qualidade do serviço seja insatisfatória.

- (D) A qualidade no serviço público é atributo subjetivo, não podendo ser considerada parâmetro para avaliação da eficiência administrativa.

Questão 13

Durante auditoria interna em uma prefeitura municipal, constatou-se que o setor administrativo havia adotado o procedimento de eliminar cópias físicas de documentos imediatamente após sua digitalização, sem observância de qualquer critério legal ou normativo. Paralelamente, identificou-se que os documentos digitalizados não possuíam certificação digital nem metadados de autenticidade, e que o sistema de gestão documental utilizado não garantia a integridade dos arquivos ao longo do tempo. A situação foi agravada pelo fato de que parte dos documentos eliminados ainda se encontrava na fase corrente, com tramitação em curso e prazos administrativos não encerrados.

Considerando os fundamentos da gestão documental física e digital à luz da Lei nº 8.159/1991 e das diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), assinale a alternativa correta:

- (A) A certificação digital dos documentos digitalizados é exigência aplicável exclusivamente a documentos de guarda permanente, sendo facultativa para documentos em fase corrente ou intermediária, razão pela qual sua ausência não compromete a validade administrativa dos arquivos digitais produzidos pelo órgão.
- (B) A eliminação de documentos públicos é procedimento administrativo discricionário, podendo ser realizada a qualquer tempo pelo órgão produtor, desde que os documentos tenham sido previamente digitalizados e armazenados em sistema informatizado, independentemente de avaliação por comissão competente ou de prazo de guarda estabelecido em tabela de temporalidade.
- (C) A digitalização de documentos públicos com fins de substituição do suporte físico exige, para produzir efeitos legais equivalentes ao original, a garantia de autenticidade, integridade e rastreabilidade do documento digital, não sendo a simples conversão de formato suficiente para autorizar a eliminação do documento físico.
- (D) Os documentos em fase corrente, por ainda se encontrarem em tramitação ativa, estão fora do alcance das normas arquivísticas de gestão documental, sendo sua guarda e eliminação reguladas exclusivamente pelos critérios internos do setor produtor, sem necessidade de observância de tabela de temporalidade.

Questão 14

Uma prefeitura municipal implantou sistema informatizado integrado de gestão administrativa, abrangendo módulos de protocolo, recursos humanos, financeiro e patrimônio. Durante treinamento dos servidores, surgiram as seguintes situações: um auxiliar

administrativo compartilhou sua senha de acesso com um colega para que este pudesse lançar dados durante seu período de férias; outro servidor acessou o módulo financeiro utilizando perfil de acesso destinado ao módulo de recursos humanos, aproveitando configuração incorreta de permissões; e um terceiro servidor recebeu mensagem eletrônica solicitando atualização de senha do sistema por meio de link externo, tendo clicado no link e inserido suas credenciais.

Considerando os princípios de segurança da informação e as boas práticas no uso de sistemas informatizados na administração pública, assinale a alternativa correta:

- (A) O compartilhamento de credenciais de acesso, a exploração de falhas de permissão e o fornecimento de senha em resposta a solicitações externas não verificadas constituem condutas que comprometem a segurança do sistema, violam os princípios de autenticidade e responsabilização e podem gerar consequências disciplinares aos servidores envolvidos.
- (B) A solicitação de atualização de senha por meio de mensagem eletrônica com link externo é procedimento regular adotado pelos setores de tecnologia da informação dos órgãos públicos, sendo recomendável que o servidor atenda prontamente a essas solicitações para manter a segurança de suas credenciais de acesso ao sistema.
- (C) O acesso a módulos do sistema por perfil de permissão incorreto configura falha exclusiva do setor de tecnologia da informação, não gerando qualquer responsabilidade ao servidor que se beneficiou do acesso indevido, desde que não tenha realizado alterações nos dados acessados.
- (D) O compartilhamento de senha entre servidores é admissível em situações de ausência temporária, como férias ou licenças, desde que o servidor que ceder o acesso formalize a autorização por escrito e o colega utilize o sistema exclusivamente para as tarefas previamente descritas na autorização.

Questão 15

Durante procedimento de auditoria realizado em uma prefeitura municipal, o setor responsável pela gestão de pessoas identificou inconsistências relacionadas à atualização de registros funcionais, à composição da folha de pagamento e ao processamento de vantagens funcionais. Entre as ocorrências verificadas, constatou-se a manutenção de vantagem vinculada ao exercício de determinada função após alteração da situação funcional do servidor, divergências na composição da base de incidência de contribuições previdenciárias e ausência de atualização de informações cadastrais relevantes para a análise de direitos funcionais.

Com base nas rotinas de administração de pessoal e nos controles inerentes à gestão de registros funcionais, julgue as afirmativas a seguir e marque V para verdadeiro ou F para falso:

() A concessão e a manutenção de vantagens funcionais dependem da correspondência entre a situação funcional do servidor e os registros mantidos pela Administração, razão pela qual inconsistências cadastrais podem resultar em pagamentos indevidos.

() A correta definição da base de cálculo das contribuições previdenciárias integra os procedimentos de processamento da folha de pagamento, exigindo observância da legislação aplicável e da natureza das parcelas remuneratórias consideradas.

() A atualização dos assentamentos funcionais possui caráter meramente informativo, não produzindo efeitos sobre a análise e a implementação de direitos funcionais reconhecidos administrativamente.

() A gestão adequada dos registros funcionais contribui para a regularidade dos atos de pessoal, para a prevenção de inconsistências financeiras e para a proteção dos direitos dos servidores e da Administração.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, F, V, F.

Questão 16

O departamento pessoal de uma autarquia municipal identificou, durante revisão semestral dos registros funcionais, as seguintes situações: um servidor completou o período aquisitivo de férias há quatro meses, mas ainda não teve o gozo agendado; outro servidor apresentou atestado médico de dez dias e teve os primeiros dois dias descontados da remuneração antes do encaminhamento ao serviço médico oficial; e um terceiro servidor, lotado em regime de jornada de quarenta horas semanais, acumulou banco de horas sem autorização formal da chefia e sem previsão em normativo interno.

Analise as asserções a seguir:

I. O servidor que completou o período aquisitivo há quatro meses ainda se encontra dentro do período concessivo, não havendo obrigação de pagamento em dobro neste momento, embora o agendamento imediato do gozo seja medida necessária para evitar o vencimento do prazo.

II. O desconto dos dois primeiros dias do atestado médico antes do encaminhamento ao serviço médico oficial configura procedimento irregular, pois a legislação veda o desconto de faltas amparadas por atestado devidamente apresentado.

III. O acúmulo de banco de horas sem autorização formal e sem previsão normativa contraria os princípios de controle da jornada de trabalho no serviço público.

IV. O controle tempestivo do gozo de férias, o correto processamento de afastamentos por motivo de saúde e a formalização dos regimes de compensação de jornada

integram as rotinas obrigatórias do departamento pessoal, sendo responsabilidade da administração garantir que esses procedimentos observem os prazos e as exigências legais, sob pena de gerar prejuízos ao servidor e responsabilidade ao órgão.

Assinale a alternativa correta:

- (A) As asserções II e IV são verdadeiras, mas as asserções I e III são falsas, pois o servidor com período aquisitivo completado já se encontra em situação de obrigatoriedade de pagamento em dobro e o banco de horas sem previsão normativa é prática administrativa recomendada no serviço público.
- (B) As asserções I, II e III são verdadeiras, e a asserção IV é falsa, pois a responsabilidade pelo controle dos procedimentos descritos recai exclusivamente sobre o servidor, não sobre o departamento pessoal.
- (C) Apenas as asserções I e III são verdadeiras; as asserções II e IV contêm imprecisões que as tornam tecnicamente incorretas no contexto apresentado.
- (D) As asserções I, II, III e IV são todas verdadeiras, e a asserção IV representa o fundamento normativo e funcional que justifica a identificação das irregularidades descritas nas asserções I, II e III.

Questão 17

Em uma prefeitura municipal, o setor administrativo recebe diariamente um volume expressivo de documentos, entre requerimentos de cidadãos, ofícios de órgãos externos, memorandos internos e notificações judiciais. O auxiliar administrativo, responsável pelo setor, identificou que parte dos documentos estava sendo encaminhada diretamente aos setores destinatários sem registro prévio, enquanto outros eram arquivados sem comprovante de recebimento, comprometendo o controle e a rastreabilidade dos expedientes. Diante disso, a chefia determinou a revisão dos procedimentos de protocolo, recepção, expedição e arquivo.

Considerando as rotinas administrativas e a organização dos serviços de protocolo e arquivo no serviço público municipal, assinale a alternativa correta.

- (A) O registro e a autuação dos documentos no protocolo constituem etapa dispensável quando o documento for encaminhado diretamente ao setor competente pelo próprio interessado, uma vez que a entrega pessoal dispensa controle formal de recebimento.
- (B) A função de recepção de documentos no protocolo limita-se ao recebimento físico dos expedientes, não abrangendo a verificação de endereçamento, a conferência de anexos nem o registro de dados essenciais à tramitação.
- (C) O serviço de expedição é responsável pelo envio de documentos produzidos pelo órgão a destinatários externos, cabendo-lhe assegurar o registro da saída, o controle dos prazos e a comprovação do encaminhamento dos expedientes.

- (D) O arquivo corrente deve reunir documentos de uso frequente e de guarda permanente, sendo vedada a transferência de documentos para o arquivo intermediário enquanto houver qualquer possibilidade de consulta futura pelos setores produtores.

Questão 18

Em uma repartição pública, a equipe responsável pelo atendimento ao cidadão enfrenta dificuldades:

O ambiente físico está desorganizado, com documentos espalhados e sem classificação.

Há conflitos constantes entre servidores, que preferem atuar isoladamente, sem cooperação.

O gestor percebe que, apesar da produtividade numérica, a qualidade percebida pelos cidadãos é baixa.

Considerando os princípios de gestão pública e os temas de trabalho em equipe e organização do ambiente de trabalho, assinale a alternativa que apresenta corretamente a solução administrativa para o caso:

- (A) Manter o foco apenas na produtividade numérica, pois a eficiência administrativa é medida pelo volume de atendimentos realizados.
- (B) Incentivar o trabalho em equipe, promovendo treinamentos de relacionamento profissional e reorganizando o ambiente físico, de modo a alinhar produtividade com qualidade no atendimento.
- (C) Priorizar a compra de novos equipamentos, sem alterar a organização do ambiente ou a dinâmica da equipe, pois a tecnologia resolve os problemas de eficiência.
- (D) Permitir que os servidores continuem atuando isoladamente, para preservar a imparcialidade administrativa e evitar conflitos interpessoais.

Questão 19

Um município de médio porte, após eleição de novo prefeito, iniciou processo de reorganização administrativa com o objetivo de modernizar a estrutura da prefeitura e ampliar a eficiência na prestação de serviços públicos. Durante esse processo, surgiram as seguintes situações: a equipe de transição propôs a criação de novas secretarias municipais por meio de decreto do prefeito, sem elaboração de projeto de lei específico; o setor de planejamento sugeriu a fusão de dois departamentos sem análise prévia de impacto nas atribuições funcionais e nos servidores lotados; e um assessor jurídico alertou que determinadas alterações na estrutura organizacional dependeriam de aprovação pela Câmara Municipal.

Considerando a estrutura e o funcionamento da administração municipal e os instrumentos de planejamento e organização administrativa, assinale a alternativa correta:

- (A) A criação de novas secretarias municipais pode ser realizada por decreto do prefeito, pois o chefe do Poder Executivo municipal detém competência privativa para dispor sobre a organização administrativa da prefeitura, independentemente de lei específica aprovada pela Câmara Municipal.
- (B) O planejamento organizacional da administração municipal independe de instrumentos formais, podendo ser conduzido com base em diretrizes informais da gestão, sendo a formalização documental exigível apenas para fins de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.
- (C) A fusão de departamentos municipais é ato discricionário do prefeito, podendo ser realizada por portaria interna sem necessidade de qualquer análise de impacto funcional ou aprovação legislativa, desde que não implique criação de novos cargos ou aumento de despesa.
- (D) A reorganização administrativa municipal que implique criação de órgãos, modificação de competências ou alteração da estrutura de cargos públicos depende, em regra, de lei municipal específica, em observância ao princípio da legalidade, admitindo-se a atuação do Poder Executivo apenas nos limites de sua competência normativa para disciplinar aspectos internos de organização e funcionamento da Administração não reservados à lei.

Questão 20

Durante a execução orçamentária do segundo semestre, o departamento financeiro de um município identificou as seguintes situações: uma despesa com aquisição de equipamentos de informática foi empenhada sem prévia dotação orçamentária disponível; uma receita tributária arrecadada em valor superior ao previsto foi imediatamente utilizada para cobrir despesas não previstas no orçamento, sem observância dos procedimentos legais de crédito adicional; e uma despesa com pagamento de pessoal foi liquidada sem a comprovação da efetiva prestação do serviço correspondente.

Considerando os princípios e normas que regem o orçamento público e a execução da receita e despesa pública, assinale a alternativa correta:

- (A) A liquidação da despesa pressupõe a verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios da entrega do bem ou da prestação do serviço, sendo irregular o pagamento sem essa comprovação, ainda que haja empenho prévio.
- (B) A utilização de receita arrecadada acima do previsto para cobertura de despesas não orçadas é procedimento regular, pois o princípio do equilíbrio orçamentário autoriza a administração a compensar desvios entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro, sem necessidade de alteração formal do orçamento.

- (C) O excesso de arrecadação tributária pode ser utilizado diretamente para cobertura de despesas não previstas no orçamento, desde que haja autorização verbal da autoridade competente e registro posterior nos controles financeiros do órgão, dispensando a abertura formal de crédito adicional.
- (D) O empenho de despesa sem prévia dotação orçamentária disponível é procedimento válido em situações de urgência comprovada, desde que a regularização orçamentária seja promovida no prazo de trinta dias mediante abertura de crédito suplementar pelo ordenador de despesas.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

Tombamentos ajudam a proteger comunidades quilombolas

A festa de São Benedito, a igreja local, as reminiscências deixadas pela matriarca estão entre os bens materiais e imateriais que passaram a ser reconhecidos, na última semana, quando a comunidade quilombola Tia Eva, em Campo Grande (MS), se tornou o primeiro quilombo do país tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No local, vivem mais de 400 pessoas, que têm o território urbano reconhecido e esperam pela titulação.

Para uma das diretoras da associação dos moradores, Vânia Lúcia Duarte, de 50 anos, o reconhecimento ajuda na preservação de uma comunidade já espremida pela especulação imobiliária.

"O tombamento é muito importante para a visibilidade e afirmação de nossa luta", diz Vânia, que sempre viveu na comunidade.

A Constituição de 1988, no artigo 216, diz que devem ser "tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos". Uma portaria do governo regulamenta os procedimentos.

A novidade sobre o avanço dos tombamentos de comunidades quilombolas foi um dos temas tratados durante das atividades dos últimos três anos feito pelo Iphan. O atual presidente do instituto, Leandro Grass, explicou, nessa terça-feira (17), que os quilombos que podem solicitar o tombamento constitucional são aqueles que a Fundação Palmares já certificou.

"O tombamento traz um aspecto muito importante porque a política do patrimônio cria uma camada a mais de proteção para essas comunidades", argumentou.

Além do tombamento da comunidade em Campo Grande, há outros 23 quilombos na fase de documentação em que os moradores participam apontando o que deveria ser tombado. Mais 15 casos estão em análise pelos especialistas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Além das comunidades tradicionais, Leandro Grass

defendeu que a participação da população é fundamental para a defesa do patrimônio. Nesse processo de conscientização, ele citou que, entre os desafios brasileiros (e também internacionais) está o contexto das mudanças climáticas como ameaça aos bens materiais e imateriais.

O presidente do instituto citou que um programa, denominado Conviver, apoia moradores de cidades históricas em que o patrimônio cultural está por todos os lados. "O Iphan capacita para a conservação de casas, espaços públicos, práticas e saberes", Até o momento, o projeto está implantado em 28 cidades e tem investimentos de R\$ 33,4 milhões.

"A própria comunidade, que é capacitada com formação de mão de obra, passa a ser protagonista da preservação de seus lugares".

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-03/tombamentos-ajudam-protetor-comunidades-quilombolas>

Questão 21

"O atual presidente do instituto, Leandro Grass, explicou, nessa terça-feira (17), que os quilombos que podem solicitar o tombamento constitucional são aqueles que a Fundação Palmares já certificou."

Considerando a adequada interpretação do trecho acima, assinale a alternativa que apresenta uma reescrita que mantém o sentido essencial do texto.

- (A) O atual presidente do instituto, Leandro Grass, explicou, nessa terça-feira (17), que os quilombos podem solicitar o tombamento constitucional, pois a Fundação Palmares já os certificou.
- (B) Leandro Grass, atual presidente do instituto, explicou, nessa terça-feira (17), que os quilombos que a Fundação Palmares já certificou são aqueles que podem solicitar o tombamento constitucional.
- (C) Leandro Grass, o atual presidente do instituto, explicou, nessa terça-feira (17), que todos os quilombos certificados pela Fundação Palmares devem solicitar o tombamento constitucional.
- (D) O atual presidente do instituto, Leandro Grass, explicou, nessa terça-feira (17), que a Fundação Palmares pode certificar os quilombos que solicitaram o tombamento constitucional.

Questão 22

"O tombamento é muito importante para a visibilidade e afirmação de nossa luta", diz Vânia, que sempre viveu na comunidade."

Com base nos tipos de predicados que formam o período acima, complete a lacuna a seguir:

O período apresenta predicado nominal, constituído por verbo de ligação e predicativo do sujeito, além de predicados verbais formados por_____.

Assinale a alternativa que completa adequadamente a lacuna acima.

- (A) verbo transitivo direto com objeto direto anteposto ao verbo e por verbo intransitivo.
- (B) verbo transitivo direto com complemento posposto ao verbo e verbo transitivo indireto.
- (C) verbo transitivo direto e indireto e por verbo intransitivo.
- (D) verbo intransitivo com sujeito posposto ao verbo e por verbo intransitivo na ordem direta.

Questão 23

"Além do tombamento da comunidade em Campo Grande, há outros 23 quilombos na fase de documentação em que os moradores participam apontando o que deveria ser tombado. Mais 15 casos estão em análise pelos especialistas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)."

Considerando a análise sintática, analise as asserções a seguir:

I.A expressão 'pelos especialistas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária' exerce a função de agente da passiva, termo integrante da oração que indica os responsáveis pela realização da análise mencionada no trecho, atribuindo ao procedimento um caráter institucional e técnico ao associá-lo à atuação de profissionais vinculados ao órgão competente.

II.A oração 'o que deveria ser tombado' é uma oração subordinada substantiva objetiva direta do verbo 'apontar', exercendo a função de objeto direto sem preposição e evidenciando, nesse contexto, a transitividade direta do verbo.

III.O verbo 'haver' é impessoal, pertencendo a uma oração sem sujeito e, portanto, não admite sujeito, embora exija complemento verbal. Já a oração 'em que os moradores participam apontando o que deveria ser tombado' é uma oração subordinada adjetiva restritiva que retoma anaforicamente o sintagma 'fase de documentação', especificando a etapa em que ocorre a participação dos moradores, sem que haja ambiguidade referencial quanto ao antecedente do pronome relativo.

Assinale a alternativa que apresenta as proposições corretas.

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.

Questão 24

"Nesse processo de conscientização, ele citou que, entre os desafios brasileiros (e também internacionais) está o contexto das mudanças climáticas como ameaça aos bens materiais e imateriais."

Analise as asserções sobre o trecho acima.

I.O verbo 'estar' encontra-se corretamente flexionado no singular, estabelecendo concordância com o sujeito posposto ao verbo, em construção caracterizada pela

anteposição do adjunto adverbial, recurso que altera a ordem canônica dos termos da oração sem comprometer a relação de concordância verbal.

PORQUE

II.Quando o sujeito simples está posposto ao verbo e seu núcleo é um substantivo no singular, a concordância verbal realiza-se com esse núcleo, mantendo o verbo no singular, ainda que o sujeito venha acompanhado de adjuntos ou complementos nominais capazes de induzir o falante a uma flexão verbal inadequada no plural.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) As duas asserções são verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- (B) A primeira asserção é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (C) As duas asserções são falsas.
- (D) As duas asserções são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.

Questão 25

"A festa de São Benedito, a igreja local, as reminiscências deixadas pela matriarca estão entre os bens materiais e imateriais que passaram a ser reconhecidos, na última semana, quando a comunidade quilombola Tia Eva, em Campo Grande (MS), se tornou o primeiro quilombo do país tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). No local, vivem mais de 400 pessoas, que têm o território urbano reconhecido e esperam pela titulação."

Com base nas regras de acentuação, analise marque com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

()O vocábulo 'país' recebe acento gráfico porque a vogal 'i', ao formar hiato com a vogal anterior 'a', torna-se tônica, regra semelhante à observada em 'saída'.

()A forma verbal 'têm' recebe acento gráfico circunflexo como acento diferencial, distinguindo a terceira pessoa do plural da terceira do singular. Já formas como 'mantém' e 'mantêm', além de participarem desse mecanismo distintivo, também se submetem à regra de acentuação das oxítonas terminadas em 'em'.

()O vocábulo "última" recebe acento gráfico pela mesma regra aplicada a 'histórico', uma vez que ambos são proparoxítonos, com sílaba tônica na antepenúltima posição.

()Os vocábulos 'local', 'titulação' e 'materiais' apresentam a mesma acentuação tônica, assim como ocorre com os vocábulos 'condor' e 'ureter', sendo todos classificados como oxítonos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo.

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, V, F, F.

(D) F, F, V, V.

Questão 26

"O tombamento traz um aspecto muito importante porque a política do patrimônio cria uma camada a mais de proteção para essas comunidades, argumentou. "

Com base nas regras de colocação pronominal, marque com V as afirmativas verdadeiras ou com F as falsas.

()A substituição do complemento do verbo 'trazer' por pronome oblíquo átono admite, nesse contexto, tanto a próclise quanto a ênclise, visto que não há fator de atração que imponha determinada colocação pronominal.

()Mesmo que se acrescentasse uma palavra atrativa, como em 'O tombamento não traz...', a ênclise permaneceria permitida, pois quando o verbo está no infinitivo, a ênclise é permitida mesmo na presença de elementos atrativos, embora a próclise seja a colocação preferencial.

()A substituição do complemento por pronome oblíquo enclítico constrói-se na forma 'O tombamento trá-lo', estrutura gramaticalmente correta decorrente da supressão da consoante final do verbo e da adaptação morfológica exigida pela colocação pronominal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo.

()A reescrita 'porque a política do patrimônio lhes cria uma camada a mais de proteção' está de acordo com a norma-padrão, uma vez que o pronome pode ser colocado antes do verbo sem violação das regras de colocação pronominal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência que preenche corretamente os itens acima, de cima para baixo.

- (A) F, V, V, F.
- (B) F, V, F, F.
- (C) V, F, V, V.
- (D) V, V, V, V.

Questão 27

Com base nos elementos linguísticos utilizados no texto e nos mecanismos de coesão e coerência textual, analise as afirmativas a seguir:

I.A construção 'Além das comunidades tradicionais' estabelece uma relação de oposição entre o conjunto de quilombos tombados e a participação da população na defesa do patrimônio, para introduzir uma perspectiva argumentativa divergente, centrada na conscientização ambiental.

II.No trecho 'O tombamento é muito importante para a visibilidade e afirmação de nossa luta', o pronome possessivo 'nossa' estabelece coesão referencial por retomada anafórica, recuperando o referente 'comunidade quilombola Tia Eva', apresentado nos

parágrafos anteriores.

III.No trecho 'os quilombos que podem solicitar o tombamento constitucional são aqueles que a Fundação Palmares já certificou', o pronome 'aqueles' exerce função de coesão referencial por substituição pronominal, enquanto a oração 'que a Fundação Palmares já certificou' atua como elemento de restrição semântica ao delimitar, dentro do conjunto mais amplo de quilombos existentes no país, apenas os habilitados a solicitar o tombamento constitucional.

IV.No trecho 'Até o momento, o projeto está implantado em 28 cidades e tem investimentos de R\$ 33,4 milhões', observa-se elipse de termo nominal, caracterizando um mecanismo de coesão que garante a fluidez e a economia linguística do enunciado.

Assinale a alternativa que apresenta as proposições corretas.

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.

Questão 28

"A própria comunidade, que é capacitada com formação de mão de obra, passa a ser protagonista da preservação de seus lugares".

Com base na ortografia da palavra 'mão de obra', analise as afirmativas a seguir e assinale a correta.

- (A) A expressão 'mão de obra' é grafada sem hífen por ser classificada como locução adjetiva, uma vez que exerce a função de modificador do substantivo 'formação' no trecho, indicando o tipo de capacitação oferecida à comunidade, o que a aproxima gramaticalmente de locuções adjetivas como 'de qualidade' e 'de excelência'.
- (B) O vocábulo 'mão de obra', sem hífen, está em conformidade com o Novo Acordo Ortográfico, segundo o qual as locuções unidas por preposição deixam de ser grafadas com hífen, como ocorre em 'cor de rosa' e 'água de colônia', permanecendo o hífen apenas nos compostos formados por justaposição sem elemento de ligação, como 'guarda-chuva' e 'terça-feira'.
- (C) A expressão 'mão de obra' deveria ser grafada com hífen, 'mão-de-obra', pois se trata de substantivo composto formado por elementos que, individualmente, já possuem sentido próprio, critério que, pelo Acordo Ortográfico vigente, determina obrigatoriamente o uso do hífen em compostos cujos elementos conservam sua autonomia semântica, assim como ocorre com 'ervilha-de-cheiro'.

- (D) A grafia 'mão de obra', sem hífen, está em conformidade com o Novo Acordo Ortográfico, segundo o qual, em regra, as locuções deixam de ser grafadas com hífen, como ocorre em 'café com leite' e 'fim de semana'. Entretanto, o vocábulo 'andorinha-do-mar' mantém corretamente o hífen por se tratar de uma composição vocabular regida por regra específica distinta.

Questão 29

"Para uma das diretoras da associação dos moradores, Vânia Lúcia Duarte, de 50 anos, o reconhecimento ajuda na preservação de uma comunidade já espremida pela especulação imobiliária."

Com base na regência verbal e nominal, analise as afirmativas a seguir:

I.O verbo 'ajudar' atua no trecho como transitivo indireto, no entanto, pode ser encontrado como transitivo direto, como em 'Eu preciso de alguém que me ajude'.

II.O verbo 'ajudar', no sentido de auxiliar alguém na realização de uma ação, classifica-se como transitivo direto quando seguido de infinitivo, como em "Ele o ajudou a conseguir emprego", sendo a preposição 'a' elemento de ligação sem função sintática.

III.A expressão 'pela especulação imobiliária' funciona como complemento nominal do adjetivo 'espremida', exigido pela regência desse termo.

IV.O verbo 'ajudar' pode ser usado como pronominal, como em 'Se ele não se ajudasse, não teria sarado', construção gramaticalmente correta, de acordo com a norma-padrão.

Assinale a alternativa que apresenta as proposições corretas.

- (A) II, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Questão 30

Com base no texto sobre tombamentos que ajudam a proteger comunidades quilombolas, analise as afirmativas a seguir:

I.O tombamento da comunidade quilombola Tia Eva representa um marco histórico não apenas pelo reconhecimento patrimonial em si, mas também pela visibilidade que confere à luta da comunidade contra a especulação imobiliária e pela proteção adicional proporcionada pela política de preservação do patrimônio.

II.A fala do presidente do Iphan, Leandro Grass, permite inferir que o tombamento constitucional não é automaticamente extensível a todos os quilombos brasileiros, mas depende de uma etapa prévia de certificação institucional, que condiciona a possibilidade de solicitação do processo.

III.O texto permite concluir que a participação dos moradores no processo de documentação é um procedimento meramente protocolar, uma vez que a decisão final sobre o que deve ser tombado compete aos especialistas do Incra, cabendo à comunidade apenas indicar formalmente os bens de seu interesse.

IV.A menção às mudanças climáticas como ameaça aos bens materiais e imateriais amplia o escopo argumentativo do texto para além da questão quilombola, sinalizando que os desafios para a preservação do patrimônio cultural brasileiro possuem dimensões que transcendem o contexto das comunidades tradicionais e se inserem em debates de natureza global.

Assinale a alternativa que apresenta as proposições corretas.

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

Complete as lacunas do texto a seguir, sobre o município de Anchieta (SC):

"O município de Anchieta foi emancipado no ano de _____ e está localizado na _____ de Santa Catarina. Sua economia tem como base a _____, com destaque para o cultivo de milho e soja e a criação de suínos."

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas:

- (A) 1963 — região do Extremo-Oeste — agropecuária
- (B) 1958 — região do Meio-Oeste — indústria têxtil
- (C) 1970 — região do Extremo-Oeste — extração mineral
- (D) 1963 — região do Vale do Itajaí — fruticultura

Questão 32

O Município de Anchieta/SC, que apresentou população em torno de 6 mil habitantes no Censo 2022 do IBGE, organiza a composição de sua Câmara Municipal observando as faixas populacionais previstas na Lei Orgânica, que segue os limites da Constituição Federal. Com base na Lei Orgânica do Município de Anchieta, assinale a alternativa que indica o número de vereadores que compõem a Câmara Municipal:

- (A) Onze Vereadores.
- (B) Quinze Vereadores.
- (C) Nove Vereadores.
- (D) Treze Vereadores.

Questão 33

Ganhou destaque no noticiário nacional o Projeto de Lei nº 2338/2023, conhecido como Marco Legal da Inteligência Artificial, que busca estabelecer normas para o desenvolvimento e o uso de sistemas de IA no Brasil. Sobre o PL 2338/2023, assinale a alternativa correta:

- (A) Trata-se de projeto de lei que proíbe integralmente o uso de sistemas de inteligência artificial em atividades econômicas e educacionais no Brasil.
- (B) Trata-se de projeto de lei que regulamenta o uso da inteligência artificial no país, tendo sido aprovado pela Câmara dos Deputados e seguido para sanção presidencial.
- (C) Trata-se de decreto presidencial que regulamenta o uso de inteligência artificial na administração pública federal, com aplicação imediata em todo o território nacional.
- (D) Trata-se de proposta legislativa que pretende regulamentar o desenvolvimento e o uso da inteligência artificial no país, tendo sido aprovada no Senado e seguido para análise na Câmara dos Deputados.

Questão 34

O setor de folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Anchieta/SC recebeu diversos requerimentos de servidores solicitando o pagamento de adicionais previstos no Estatuto dos Servidores. Para orientar a análise dos pedidos, o responsável pelo setor elaborou um quadro-resumo com afirmações sobre as vantagens pecuniárias, a fim de conferi-las com o texto da Lei Complementar nº 031/2011. Julgue as afirmações a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

() O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de vinte por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

() O Adicional de Insalubridade será pago nos percentuais de dez, vinte e quarenta por cento sobre o menor vencimento do Município, conforme o grau de insalubridade seja considerado mínimo, médio ou máximo, definido em laudo técnico.

() O serviço extraordinário prestado de segunda a sexta-feira será remunerado com acréscimo de cem por cento em relação à hora normal de trabalho.

() O adicional por tempo de serviço corresponde a cinco por cento do vencimento do cargo efetivo para cada triênio de efetivo exercício no serviço público do Município.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) V, V, F, F.

(D) V, F, V, F.

Questão 35

Acerca do processo de colonização do Município de Anchieta/SC, analise as assertivas a seguir:

I.A ocupação das terras foi conduzida por uma empresa colonizadora particular, e não diretamente pelo poder público.

II.As terras foram divididas em colônias comercializadas junto a famílias de agricultores migrantes.

III.Os colonos que adquiriram as terras eram, em sua maioria, procedentes do estado de São Paulo.

Está correto o que se afirma em:

(A) II e III, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) I, II e III.

(D) I e III, apenas.



Associação dos Municípios do
Extremo Oeste de Santa Catarina

 **(49) 3621-0795**  **ameosc@ameosc.org.br**  **Segundo Aníbal Balbinot, 189
Agostini, São Miguel do Oeste/SC**

 **@ameoscoficial**  **www.ameosc.org.br**